

2014.1

ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL



**INSTITUTO
FORMAÇÃO**
Cursos Técnicos Profissionalizantes

Profº: Diêgo Gomes

1 – ÉTICA

A palavra ética é de origem grega, derivada de *ethos*, que por sua vez diz respeito ao costume ou mesmo aos hábitos dos homens. Os estudos sobre o tema lidam com a compreensão das noções e dos princípios que sustentam as bases da moralidade social e da vida individual além de tratar-se de uma reflexão sobre o valor das ações sociais consideradas tanto no âmbito coletivo quanto no âmbito individual.

Diversos são os autores que conceituam a Ética. Ela é denominada, por exemplo, como “um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade” ou então, conforme outra definição,

uma parte da filosofia (e também pertinente às ciências sociais) que lida com a compreensão das noções e dos princípios que sustentam as bases da moralidade social e da vida individual. Em outras palavras, trata-se de uma reflexão sobre o valor das ações sociais consideradas tanto no âmbito coletivo como no âmbito individual.

Segundo Marilena Chauí a ética nasce quando se passa a indagar o que são, de onde vêm e o que valem os costumes. Ou seja, nasce quando também se busca compreender o caráter de cada pessoa, isto é, o senso moral e consciência moral e individual.

Por sua vez, Rosana Soibelman Glock e José Roberto Goldim conceituam ética como o estudo geral do que é bom ou mau, correto ou incorreto, justo ou injusto, adequado ou inadequado. Um dos objetivos da Ética é a busca de justificativas para as regras propostas pela Moral e pelo Direito.

O Filósofo Leonard Boff define a ética como “um conjunto de valores e princípios, de inspirações e indicações que valem para todos, pois estão ancorados na nossa própria humanidade”.

Assim podemos dizer ainda que a ética é construída por uma sociedade com base nos valores históricos e culturais. Do ponto de vista da Filosofia, a Ética é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos. Além do mais, ela “serve para que haja um equilíbrio e bom funcionamento social, possibilitando que ninguém saia prejudicado. Neste sentido, a ética, embora não possa ser confundida com as leis, está relacionada com o sentimento de justiça social”.

Importante destacar o que muitos dizem que a Ética não serve de base somente às relações humanas mais próximas. Ela trata de relações sociais dos homens, pois alguns filósofos consideram a ética como a base do direito ou da justiça, isto é, das leis que regulam a convivência entre todos os membros de uma sociedade.

1.1 – MORAL

A palavra “moral” tem origem no termo latino “*morales*” que significa “relativo aos costumes”. A moral estabelece regras que são assumidas pela pessoa, como uma forma de garantir o seu bem-viver. A Moral independe das fronteiras geográficas e garante uma identidade entre pessoas que sequer se conhecem, mas utilizam este mesmo referencial moral comum.

Para Marilena Chauí a Moral tem por objeto o comportamento humano regido por regras e valores morais, que se encontram gravados em nossas consciências, *e em nenhum código*,

comportamento resultante de decisão da vontade, que torna o homem, por ser livre, responsável por sua culpa quando agir contra as regras morais, tem relações muito próximas com o Direito. A Justiça, valor jurídico fundamental é valor moral. O estudo da Moral, de suas regras e dos costumes é, pois, relevante principalmente para humanizar as relações econômicas e o mundo materializado de nossos dias.

O dicionário Aurélio define moral como sendo “de acordo com os bons costumes. Que é próprio para favorecer os bons costumes. Relativo ao espírito; intelectual (por oposição ao físico, ao material)”.

No que tange ao significado de moral Leonardo Boff traz uma série de exemplos e afirmações para conceituar o termo.

A forma concreta como a ética é vivida, depende de cada cultura que é sempre diferente da outra. Um indígena, um chinês, um africano vivem do seu jeito o amor, o cuidado, a solidariedade e o perdão. Esse jeito diferente chamamos de moral. Ética existe uma só para todos. Moral existem muitas, consoante as maneiras diferentes como os seres humanos organizam a vida. Vamos dar um exemplo. Importante é ter uma casa(ética). O estilo e a maneira de construí-la pode variar(moral). Pode ser simples, rústica, moderna, colonial, gótica, contanto que seja casa habitável. Assim é com a ética e a moral. (LEONARDO BOFF)

O ilustre professor Edgar Larry diz que

A **Moral**, que tem por objeto o comportamento humano regido por regras e valores morais, que se encontram gravados em nossas consciências, e em nenhum código, comportamento resultante de decisão da vontade, que torna o homem, por ser livre, responsável por sua culpa quando agir contra as regras morais, tem relações muito próximas com o Direito. A Justiça, valor jurídico fundamental é valor moral. O estudo da Moral, de suas regras e dos costumes é, pois, relevante para o jurista, principalmente para humanizar as relações econômicas e o mundo materializado de nossos dias.

2. – CÓDIGOS DE ÉTICA

Cada sociedade e cada grupo possuem seus próprios códigos de ética. Num país, por exemplo, sacrificar animais para pesquisa científica pode ser ético. Em outro país, esta atitude pode desrespeitar os princípios éticos estabelecidos de não utilização de animais para estes fins. Aproveitando o exemplo, a ética na área de pesquisas biológicas é denominada bioética.

Além dos princípios gerais que norteiam o bom funcionamento social, existe também a ética de determinados grupos ou locais específicos. Neste sentido, podemos citar: ética médica, ética profissional (trabalho), ética empresarial, ética educacional, ética nos esportes, ética jornalística, ética na política, etc.

Num contexto geral, podem ser citados aqui alguns pontos importantes para o dia a dia da organização e ao ambiente do trabalho no sentido ético que buscam melhor e maior aproveitamento do profissional:

- Maior nível de produção na empresa;

- Favorecimento para a criação de um ambiente de trabalho harmonioso, respeitoso e agradável;
- Aumento no índice de confiança entre os funcionários.

Importante destacar ainda alguns exemplos de atitudes éticas que todo o trabalhador deve ter o cuidado e praticar o ambiente de trabalho, mais especificamente:

- Educação e respeito entre os funcionários;
- Cooperação e atitudes que visam à ajuda aos colegas de trabalho;
- Divulgação de conhecimentos que possam melhorar o desempenho das atividades realizadas na empresa;
- Respeito à hierarquia dentro da empresa;
- Busca de crescimento profissional sem prejudicar outros colegas de trabalho;
- Ações e comportamentos que visam criar um clima agradável e positivo dentro da empresa como, por exemplo, manter o bom humor;
- Realização, em ambiente de trabalho, apenas de tarefas relacionadas ao trabalho;
- Respeito às regras e normas da empresa.

2.1 – ÉTICA PROFISSIONAL

A atuação profissional deve ser lembrada de maneira pessoal, mas ressaltando-se o trabalho em equipe, haja vista que muito dificilmente a coletividade não influencia na relação laboral.

Nesse sentido, devemos lembrar que a forma de atuar profissionalmente requer princípios gerais que norteiam não apenas uma pessoa mas sim um grupo de pessoas que atuam no âmbito profissional.

Assim pode-se definir ética profissional como “conjunto de atitudes e valores positivos aplicados no ambiente de trabalho. A ética no ambiente de trabalho é de fundamental importância para o bom funcionamento das atividades da empresa e das relações de trabalho entre os funcionários”.

3. LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL DOS TÉCNICOS EM ENFERMAGEM

Como falamos anteriormente, as diversas profissões possuem seus códigos específicos. Não porque uma área de atuação é melhor do que a outra, mas sim pelo fato de que as peculiaridades de cada profissão exigem normas e legislações direcionadas.

Além do Código de Ética, que veremos a seguir, temos também outras legislações que falam sobre a profissão do Técnico de Enfermagem, como por exemplo a LEI Nº 5.905, DE 12 DE JULHO DE 1973 que “Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências”.

A LEI Nº 7.498, DE 25 DE JUNHO DE 1986 que “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências”. Vale destacar nessa legislação alguns artigos que tratam especificamente dos profissionais técnicos em enfermagem:

Art. 2º A enfermagem e suas atividades auxiliares somente podem ser exercidas por pessoas legalmente habilitadas e inscritas no Conselho Regional de Enfermagem com jurisdição na área onde ocorre o exercício.

Parágrafo único. A enfermagem é exercida privativamente pelo Enfermeiro, pelo Técnico de Enfermagem, pelo Auxiliar de Enfermagem e pela Parteira, respeitados os respectivos graus de habilitação.

(...)

Art. 7º São Técnicos de Enfermagem:

I o titular do diploma ou do certificado de Técnico de Enfermagem, expedido de acordo com a legislação e registrado pelo órgão competente;

II o titular do diploma ou do certificado legalmente conferido por escola ou curso estrangeiro, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de Técnico de Enfermagem.

(...)

Art. 12 O Técnico de Enfermagem exerce atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de enfermagem, cabendo-lhe especialmente:

- a) participar da programação da assistência de enfermagem;
- b) executar ações assistenciais de enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, observado o disposto no parágrafo único do art. 11 desta lei;
- c) participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar;
- d) participar da equipe de saúde.

(...)

Art. 15 As atividades referidas nos arts. 12 e 13 desta lei, quando exercidas em instituições de saúde, públicas e privadas, e em programas de saúde, somente podem ser desempenhadas sob orientação e supervisão de Enfermeiro.

Já o Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987 trata sobre a regulamentação da Lei 7.498/1986 “que dispõe sobre o exercício da Enfermagem e dá outras providências”. Entre os diversos artigos, destacaremos apenas o que nos interessa nesse momento:

Art. 1º O exercício da atividade de Enfermagem, observadas as disposições da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, e respeitados os graus de habilitação, é privativo de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteiro e só será permitido ao profissional inscrito no Conselho Regional de Enfermagem da respectiva região.

(...)

Art. 5º São técnicos de Enfermagem:

I o titular do diploma ou do certificado de técnico de Enfermagem, expedido de acordo com a legislação e Registrado no órgão competente;

II o titular do diploma ou do certificado legalmente conferido por escola ou curso estrangeiro, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de técnico de Enfermagem.

(...)

Art. 10 O Técnico de Enfermagem exerce as atividades auxiliares, de nível médio técnico, atribuídas à equipe de Enfermagem, cabendo-lhe:

I assistir o Enfermeiro:

- a) no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de Enfermagem;
- b) na prestação de cuidados diretos de Enfermagem a pacientes em estado grave;
- c) na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica;
- d) na prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar;
- e) na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde;
- f) na execução dos programas referidos nas letras "i" e "o" do item II do Art. 8º.

II executar atividades de assistência de Enfermagem, excetuadas as privativas do Enfermeiro e as referidas no Art. 9º deste Decreto:

III integrar a equipe de saúde.

(...)

Art. 14 Incumbe a todo o pessoal de Enfermagem:

I cumprir e fazer cumprir o Código de Deontologia da Enfermagem;

II quando for o caso, anotar no prontuário do paciente as atividades da assistência de Enfermagem, para fins estatísticos;

Art. 15 Na administração pública direta e indireta, federal, estadual, municipal, do Distrito Federal e dos Territórios será exigida como condição essencial para provimento de cargos e funções e contratação de pessoal de Enfermagem, de todos os graus, a prova de inscrição no Conselho Regional de Enfermagem da respectiva região.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades compreendidos neste artigo promoverão, em articulação com o Conselho Federal de Enfermagem, as medidas necessárias à adaptação das situações já existentes com as disposições deste Decreto, respeitados os direitos adquiridos quanto a vencimentos e salários.

3.1 CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS TÉCNICOS EM ENFERMAGEM

CÓDIGO DE ÉTICA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

PREÂMBULO

A enfermagem compreende um componente próprio de conhecimentos científicos e técnicos, construído e reproduzido por um conjunto de práticas sociais, éticas e políticas que se processa pelo ensino, pesquisa e assistência. Realiza-se na prestação de serviços à pessoa, família e coletividade, no seu contexto e circunstâncias de vida.

O aprimoramento do comportamento ético do profissional passa pelo processo de construção de uma consciência individual e coletiva, pelo compromisso social e profissional configurado pela responsabilidade no plano das relações de trabalho com reflexos no campo científico e político.

A enfermagem brasileira, face às transformações socioculturais, científicas e legais, entendeu ter chegado o momento de reformular o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (CEPE).

A trajetória da reformulação, coordenada pelo Conselho Federal de Enfermagem com a participação dos Conselhos Regionais de Enfermagem, incluiu discussões com a categoria de enfermagem. O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem está organizado por assunto e inclui princípios, direitos, responsabilidades, deveres e proibições pertinentes à conduta ética dos profissionais de

enfermagem.

O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem leva em consideração a necessidade e o direito de assistência em enfermagem da população, os interesses do profissional e de sua organização. Está centrado na pessoa, família e coletividade e pressupõe que os trabalhadores de enfermagem estejam aliados aos usuários na luta por uma assistência sem riscos e danos e acessível a toda população.

O presente Código teve como referência os postulados da Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1948) e adotada pela Convenção de Genebra da Cruz Vermelha (1949), contidos no Código de Ética do Conselho Internacional de Enfermeiros (1953) e no Código de Ética da Associação Brasileira de Enfermagem (1975). Teve como referência, ainda, o Código de Deontologia de Enfermagem do Conselho Federal de Enfermagem (1976), o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (1993) e as Normas Internacionais e Nacionais sobre Pesquisa em Seres Humanos [Declaração Helsinque (1964), revista em Tóquio (1975), em Veneza (1983), em Hong Kong (1989) e em Sommerset West (1996) e a Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde (1996)].

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

A enfermagem é uma profissão comprometida com a saúde e a qualidade de vida da pessoa, família e coletividade. O profissional de enfermagem atua na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, com autonomia e em consonância com os preceitos éticos e legais.

O profissional de enfermagem participa, como integrante da equipe de saúde, das ações que visem satisfazer as necessidades de saúde da população e da defesa dos princípios das políticas públicas de saúde e ambientais, que garantam a universalidade de acesso aos serviços de saúde, integralidade da assistência, resolutividade, preservação da autonomia das pessoas, participação da comunidade, hierarquização e descentralização político-administrativa dos serviços de saúde.

O profissional de enfermagem respeita a vida, a dignidade e os direitos humanos, em todas as suas dimensões.

O profissional de enfermagem exerce suas atividades com competência para a promoção do ser humano na sua integralidade, de acordo com os princípios da ética e da bioética.

CAPÍTULO I DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS DIREITOS

Art. 1º – Exercer a enfermagem com liberdade, autonomia e ser tratado segundo os pressupostos e princípios legais, éticos e dos direitos humanos.

Art. 2º – Aprimorar seus conhecimentos técnicos, científicos e culturais que dão sustentação a sua prática profissional.

Art. 3º – Apoiar as iniciativas que visem ao aprimoramento profissional e à defesa dos direitos e interesses da categoria e da sociedade.

Art. 4º – Obter desagravo público por ofensa que atinja a profissão, por meio do Conselho Regional de Enfermagem.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 5º – Exercer a profissão com justiça, compromisso, equidade, resolutividade, dignidade, competência, responsabilidade, honestidade e lealdade.

Art. 6º – Fundamentar suas relações no direito, na prudência, no respeito, na solidariedade e na diversidade de opinião e posição ideológica.

Art. 7º – Comunicar ao COREN e aos órgãos competentes, fatos que infrinjam dispositivos legais e

que possam prejudicar o exercício profissional.

PROIBIÇÕES

Art. 8º - Promover e ser conivente com a injúria, calúnia e difamação de membro da equipe de enfermagem, equipe de saúde e de trabalhadores de outras áreas, de organizações da categoria ou instituições.

Art. 9º - Praticar e/ou ser conivente com crime, contravenção penal ou qualquer outro ato, que infrinja postulados éticos e legais.

SEÇÃO I

DAS RELAÇÕES COM A PESSOA, FAMÍLIA E COLETIVIDADE.

DIREITOS

Art. 10 - Recusar-se a executar atividades que não sejam de sua competência técnica, científica, ética e legal ou que não ofereçam segurança ao profissional, à pessoa, família e coletividade.

Art. 11 - Ter acesso às informações, relacionadas à pessoa, família e coletividade, necessárias ao exercício profissional.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 12 - Assegurar à pessoa, família e coletividade assistência de enfermagem livre de danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência.

Art. 13 - Avaliar criteriosamente sua competência técnica, científica, ética e legal e somente aceitar encargos ou atribuições, quando capaz de desempenho seguro para si e para outrem.

Art. 14 - Aprimorar os conhecimentos técnicos, científicos, éticos e culturais, em benefício da pessoa, família e coletividade e do desenvolvimento da profissão.

Art. 15 - Prestar assistência de enfermagem sem discriminação de qualquer natureza.

Art. 16 - Garantir a continuidade da assistência de enfermagem em condições que ofereçam segurança, mesmo em caso de suspensão das atividades profissionais decorrentes de movimentos reivindicatórios da categoria.

Art. 17 - Prestar adequadas informações à pessoa, família e coletividade a respeito dos direitos, riscos, benefícios e intercorrências acerca da assistência de enfermagem.

Art. 18 - Respeitar, reconhecer e realizar ações que garantam o direito da pessoa ou de seu representante legal, de tomar decisões sobre sua saúde, tratamento, conforto e bem estar.

Art. 19 - Respeitar o pudor, a privacidade e a intimidade do ser humano, em todo seu ciclo vital, inclusive nas situações de morte e pós-morte.

Art. 20 - Colaborar com a equipe de saúde no esclarecimento da pessoa, família e coletividade a respeito dos direitos, riscos, benefícios e intercorrências acerca de seu estado de saúde e tratamento.

Art. 21 - Proteger a pessoa, família e coletividade contra danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência por parte de qualquer membro da equipe de saúde.

Art. 22 - Disponibilizar seus serviços profissionais à comunidade em casos de emergência, epidemia e catástrofe, sem pleitear vantagens pessoais.

Art. 23 - Encaminhar a pessoa, família e coletividade aos serviços de defesa do cidadão, nos termos da lei.

Art. 24 - Respeitar, no exercício da profissão, as normas relativas à preservação do meio ambiente e denunciar aos órgãos competentes as formas de poluição e deterioração que comprometam a saúde e a vida.

Art. 25 - Registrar no prontuário do paciente as informações inerentes e indispensáveis ao processo de cuidar.

PROIBIÇÕES

Art. 26 – Negar assistência de enfermagem em qualquer situação que se caracterize como urgência ou emergência.

Art. 27 – Executar ou participar da assistência à saúde sem o consentimento da pessoa ou de seu representante legal, exceto em iminente risco de morte.

Art. 28 – Provocar aborto, ou cooperar em prática destinada a interromper a gestação.

Parágrafo único – Nos casos previstos em lei, o profissional deverá decidir, de acordo com a sua consciência, sobre a sua participação ou não no ato abortivo.

Art. 29 – Promover a eutanásia ou participar em prática destinada a antecipar a morte do cliente.

Art. 30 – Administrar medicamentos sem conhecer a ação da droga e sem certificar-se da possibilidade de riscos.

Art. 31 – Prescrever medicamentos e praticar ato cirúrgico, exceto nos casos previstos na legislação vigente e em situação de emergência.

Art. 32 – Executar prescrições de qualquer natureza, que comprometam a segurança da pessoa.

Art. 33 – Prestar serviços que por sua natureza competem a outro profissional, exceto em caso de emergência.

Art. 34 – Provocar, cooperar, ser conivente ou omissa com qualquer forma de violência.

Art. 35 – Registrar informações parciais e inverídicas sobre a assistência prestada.

SEÇÃO II

DAS RELAÇÕES COM OS TRABALHADORES DE ENFERMAGEM, SAÚDE E OUTROS DIREITOS

Art. 36 – Participar da prática multiprofissional e interdisciplinar com responsabilidade, autonomia e liberdade.

Art. 37 – Recusar-se a executar prescrição medicamentosa e terapêutica, onde não conste a assinatura e o número de registro do profissional, exceto em situações de urgência e emergência.

Parágrafo único – O profissional de enfermagem poderá recusar-se a executar prescrição medicamentosa e terapêutica em caso de identificação de erro ou ilegibilidade.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 38 – Responsabilizar-se por falta cometida em suas atividades profissionais, independente de ter sido praticada individualmente ou em equipe.

Art. 39 – Participar da orientação sobre benefícios, riscos e consequências decorrentes de exames e de outros procedimentos, na condição de membro da equipe de saúde.

Art. 40 – Posicionar-se contra falta cometida durante o exercício profissional seja por imperícia, imprudência ou negligência.

Art. 41 – Prestar informações, escritas e verbais, completas e fidedignas necessárias para assegurar a continuidade da assistência.

PROIBIÇÕES

Art. 42 – Assinar as ações de enfermagem que não executou, bem como permitir que suas ações sejam assinadas por outro profissional.

Art. 43 – Colaborar, direta ou indiretamente com outros profissionais de saúde, no descumprimento da legislação referente aos transplantes de órgãos, tecidos, esterilização humana, fecundação artificial e manipulação genética.

SEÇÃO III

DAS RELAÇÕES COM AS ORGANIZAÇÕES DA CATEGORIA

DIREITOS

Art. 44 – Recorrer ao Conselho Regional de Enfermagem, quando impedido de cumprir o presente Código, a legislação do exercício profissional e as resoluções e decisões emanadas do Sistema COFEN/COREN.

Art. 45 – Associar-se, exercer cargos e participar de entidades de classe e órgãos de fiscalização do exercício profissional.

Art. 46 – Requerer em tempo hábil, informações acerca de normas e convocações.

Art. 47 – Requerer, ao Conselho Regional de Enfermagem, medidas cabíveis para obtenção de desagravo público em decorrência de ofensa sofrida no exercício profissional.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 48 – Cumprir e fazer os preceitos éticos e legais da profissão.

Art. 49 – Comunicar ao Conselho Regional de Enfermagem fatos que firam preceitos do presente Código e da legislação do exercício profissional.

Art. 50 – Comunicar formalmente ao Conselho Regional de Enfermagem fatos que envolvam recusa ou demissão de cargo, função ou emprego, motivado pela necessidade do profissional em cumprir o presente Código e a legislação do exercício profissional.

Art. 51 – Cumprir, no prazo estabelecido, as determinações e convocações do Conselho Federal e Conselho Regional de Enfermagem.

Art. 52 – Colaborar com a fiscalização de exercício profissional.

Art. 53 – Manter seus dados cadastrais atualizados, e regularizadas as suas obrigações financeiras com o Conselho Regional de Enfermagem.

Art. 54 – Apor o número e categoria de inscrição no Conselho Regional de Enfermagem em assinatura, quando no exercício profissional.

Art. 55 – Facilitar e incentivar a participação dos profissionais de enfermagem no desempenho de atividades nas organizações da categoria.

PROIBIÇÕES

Art. 56 – Executar e determinar a execução de atos contrários ao Código de Ética e às demais normas que regulam o exercício da Enfermagem.

Art. 57 – Aceitar cargo, função ou emprego vago em decorrência de fatos que envolvam recusa ou demissão de cargo, função ou emprego motivado pela necessidade do profissional em cumprir o presente código e a legislação do exercício profissional.

Art. 58 – Realizar ou facilitar ações que causem prejuízo ao patrimônio ou comprometam a finalidade para a qual foram instituídas as organizações da categoria.

Art. 59 – Negar, omitir informações ou emitir falsas declarações sobre o exercício profissional quando solicitado pelo Conselho Regional de Enfermagem.

SEÇÃO IV

DAS RELAÇÕES COM AS ORGANIZAÇÕES

EMPREGADORAS

DIREITOS

Art. 60 – Participar de movimentos de defesa da dignidade profissional, do aprimoramento técnico-científico, do exercício da cidadania e das reivindicações por melhores condições de assistência, trabalho e remuneração.

Art. 61 – Suspender suas atividades, individual ou coletivamente, quando a instituição pública ou privada para a qual trabalhe não oferecer condições dignas para o exercício profissional ou que desrespeite a legislação do setor saúde, ressalvadas as situações de urgência e emergência,

devendo comunicar imediatamente por escrito sua decisão ao Conselho Regional de Enfermagem.

Art. 62 – Receber salários ou honorários compatíveis com o nível de formação, a jornada de trabalho, a complexidade das ações e a responsabilidade pelo exercício profissional.

Art. 63 – Desenvolver suas atividades profissionais em condições de trabalho que promovam a própria segurança e a da pessoa, família e coletividade sob seus cuidados, e dispor de material e equipamentos de proteção individual e coletiva, segundo as normas vigentes.

Art. 64 – Recusar-se a desenvolver atividades profissionais na falta de material ou equipamentos de proteção individual e coletiva definidos na legislação específica.

Art. 65 – Formar e participar da comissão de ética da instituição pública ou privada onde trabalha, bem como de comissões interdisciplinares.

Art. 66 – Exercer cargos de direção, gestão e coordenação na área de seu exercício profissional e do setor saúde.

Art. 67 – Ser informado sobre as políticas da instituição e do serviço de enfermagem, bem como participar de sua elaboração.

Art. 68 – Registrar no prontuário, e em outros documentos próprios da enfermagem, informações referentes ao processo de cuidar da pessoa.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 69 – Estimular, promover e criar condições para o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos profissionais de Enfermagem sob sua orientação e supervisão.

Art. 70 – Estimular, facilitar e promover o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, devidamente aprovadas nas instâncias deliberativas da instituição.

Art. 71 – Incentivar e criar condições para registrar as informações inerentes e indispensáveis ao processo de cuidar.

Art. 72 – Registrar as informações inerentes e indispensáveis ao processo de cuidar de forma clara, objetiva e completa.

PROIBIÇÕES

Art. 73 – Trabalhar, colaborar ou acumpliciar-se com pessoas físicas ou jurídicas que desrespeitem princípios e normas que regulam o exercício profissional de enfermagem.

Art. 74 – Pleitear cargo, função ou emprego ocupado por colega, utilizando-se de concorrência desleal.

Art. 75 – Permitir que seu nome conste no quadro de pessoal de hospital, casa de saúde, unidade sanitária, clínica, ambulatório, escola, curso, empresa ou estabelecimento congênere sem nele exercer as funções de enfermagem pressupostas.

Art. 76 – Receber vantagens de instituição, empresa, pessoa, família e coletividade, além do que lhe é devido, como forma de garantir Assistência de Enfermagem diferenciada ou benefícios de qualquer natureza para si ou para outrem.

Art. 77 – Usar de qualquer mecanismo de pressão ou suborno com pessoas físicas ou jurídicas para conseguir qualquer tipo de vantagem.

Art. 78 – Utilizar, de forma abusiva, o poder que lhe confere a posição ou cargo, para impor ordens, opiniões, atentar contra o pudor, assediar sexual ou moralmente, inferiorizar pessoas ou dificultar o exercício profissional.

Art. 79 – Apropriar-se de dinheiro, valor, bem móvel ou imóvel, público ou particular de que tenha posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio ou de outrem.

Art. 80 – Delegar suas atividades privativas a outro membro da equipe de enfermagem ou de saúde, que não seja enfermeiro.

CAPÍTULO II DO SIGILO PROFISSIONAL DIREITOS

Art. 81 – Abster-se de revelar informações confidenciais de que tenha conhecimento em razão de seu exercício profissional a pessoas ou entidades que não estejam obrigadas ao sigilo.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 82 – Manter segredo sobre fato sigiloso de que tenha conhecimento em razão de sua atividade profissional, exceto casos previstos em lei, ordem judicial, ou com o consentimento escrito da pessoa envolvida ou de seu representante legal.

§ 1º – Permanece o dever mesmo quando o fato seja de conhecimento público e em caso de falecimento da pessoa envolvida.

§ 2º – Em atividade multiprofissional, o fato sigiloso poderá ser revelado quando necessário à prestação da assistência.

§ 3º – O profissional de enfermagem, intimado como testemunha, deverá comparecer perante a autoridade e, se for o caso, declarar seu impedimento de revelar o segredo.

§ 4º – O segredo profissional referente ao menor de idade deverá ser mantido, mesmo quando a revelação seja solicitada por pais ou responsáveis, desde que o menor tenha capacidade de discernimento, exceto nos casos em que possa acarretar danos ou riscos ao mesmo.

Art. 83 – Orientar, na condição de enfermeiro, a equipe sob sua responsabilidade, sobre o dever do sigilo profissional.

PROIBIÇÕES

Art. 84 – Franquear o acesso a informações e documentos para pessoas que não estão diretamente envolvidas na prestação da assistência, exceto nos casos previstos na legislação vigente ou por ordem judicial.

Art. 85 – Divulgar ou fazer referência a casos, situações ou fatos de forma que os envolvidos possam ser identificados.

CAPÍTULO III DO ENSINO, DA PESQUISA, E DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DIREITOS

Art. 86 – Realizar e participar de atividades de ensino e pesquisa, respeitadas as normas ético-legais.

Art. 87 – Ter conhecimento acerca do ensino e da pesquisa a serem desenvolvidos com as pessoas sob sua responsabilidade profissional ou em seu local de trabalho.

Art. 88 – Ter reconhecida sua autoria ou participação em produção técnico-científica.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 89 – Atender as normas vigentes para a pesquisa envolvendo seres humanos, segundo a especificidade da investigação.

Art. 90 – Interromper a pesquisa na presença de qualquer perigo à vida e à integridade da pessoa.

Art. 91 – Respeitar os princípios da honestidade e fidedignidade, bem como os direitos autorais no processo de pesquisa, especialmente na divulgação dos seus resultados.

Art. 92 – Disponibilizar os resultados de pesquisa à comunidade científica e sociedade em geral.

Art. 93 – Promover a defesa e o respeito aos princípios éticos e legais da profissão no ensino, na pesquisa e produções técnico-científicas.

PROIBIÇÕES

Art. 94 – Realizar ou participar de atividades de ensino e pesquisa, em que o direito inalienável da pessoa, família ou coletividade seja desrespeitado ou ofereça qualquer tipo de risco ou dano aos envolvidos.

Art. 95 – Eximir-se da responsabilidade por atividades executadas por alunos ou estagiários, na condição de docente, enfermeiro responsável ou supervisor.

Art. 96 – Sobrepor o interesse da ciência ao interesse e segurança da pessoa, família ou coletividade.

Art. 97 – Falsificar ou manipular resultados de pesquisa, bem como, usá-los para fins diferentes dos pré-determinados.

Art. 98 – Publicar trabalho com elementos que identifiquem o sujeito participante do estudo sem sua autorização.

Art. 99 – Divulgar ou publicar, em seu nome, produção técnico-científica ou instrumento de organização formal do qual não tenha participado ou omitir nomes de co-autores e colaboradores.

Art. 100 – Utilizar sem referência ao autor ou sem a sua autorização expressa, dados, informações, ou opiniões ainda não publicados.

Art. 101 – Apropriar-se ou utilizar produções técnico-científicas, das quais tenha participado como autor ou não, implantadas em serviços ou instituições sem concordância ou concessão do autor.

Art. 102 – Aproveitar-se de posição hierárquica para fazer constar seu nome como autor ou co-autor em obra técnico-científica.

CAPÍTULO IV DA PUBLICIDADE DIREITOS

Art. 103 – Utilizar-se de veículo de comunicação para conceder entrevistas ou divulgar eventos e assuntos de sua competência, com finalidade educativa e de interesse social.

Art. 104 – Anunciar a prestação de serviços para os quais está habilitado.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 105 – Resguardar os princípios da honestidade, veracidade e fidedignidade no conteúdo e na forma publicitária.

Art. 106 – Zelar pelos preceitos éticos e legais da profissão nas diferentes formas de divulgação.

PROIBIÇÕES

Art. 107 – Divulgar informação inverídica sobre assunto de sua área profissional.

Art. 108 – Inserir imagens ou informações que possam identificar pessoas e instituições sem sua prévia autorização.

Art. 109 – Anunciar título ou qualificação que não possa comprovar.

Art. 110 – Omitir em proveito próprio, referência a pessoas ou instituições.

Art. 111 – Anunciar a prestação de serviços gratuitos ou propor honorários que caracterizem concorrência desleal.

CAPÍTULO V DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 112 – A caracterização das infrações éticas e disciplinares e a aplicação das respectivas penalidades regem-se por este Código, sem prejuízo das sanções previstas em outros dispositivos legais.

Art. 113 – Considera-se infração ética a ação, omissão ou conivência que implique em desobediência e/ou inobservância às disposições do Código de Ética dos Profissionais de

Enfermagem.

Art. 114 – Considera-se infração disciplinar a inobservância das normas dos Conselhos Federal e Regional de Enfermagem.

Art. 115 – Responde pela infração quem a cometer ou concorrer para a sua prática, ou dela obtiver benefício, quando cometida por outrem.

Art. 116 – A gravidade da infração é caracterizada por meio da análise dos fatos do dano e de suas consequências.

Art. 117 – A infração é apurada em processo instaurado e conduzido nos termos do Código de Processo Ético das Autarquias Profissionais de Enfermagem.

Art. 118 – As penalidades a serem impostas pelos Conselhos Federal e Regional de Enfermagem, conforme o que determina o art. 18, da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, são as seguintes:

I – Advertência verbal;

II – Multa;

III – Censura;

IV – Suspensão do exercício profissional;

V – Cassação do direito ao exercício profissional.

§ 1º – A advertência verbal consiste na admoestação ao infrator, de forma reservada, que será registrada no prontuário do mesmo, na presença de duas testemunhas.

§ 2º – A multa consiste na obrigatoriedade de pagamento de 01 (uma) a 10 (dez) vezes o valor da anuidade da categoria profissional à qual pertence o infrator, em vigor no ato do pagamento.

§ 3º – A censura consiste em repreensão que será divulgada nas publicações oficiais dos Conselhos Federal e Regional de Enfermagem e em jornais de grande circulação.

§ 4º – A suspensão consiste na proibição do exercício profissional da enfermagem por um período não superior a 29 (vinte e nove) dias e será divulgada nas publicações oficiais dos Conselhos Federal e Regional de Enfermagem, jornais de grande circulação e comunicada aos órgãos empregadores.

§ 5º – A cassação consiste na perda do direito ao exercício da enfermagem e será divulgada nas publicações dos Conselhos Federal e Regional de Enfermagem e em jornais de grande circulação.

Art. 119 – As penalidades, referentes à advertência verbal, multa, censura e suspensão do exercício profissional, são da alçada do Conselho Regional de Enfermagem, serão registradas no prontuário do profissional de enfermagem; a pena de cassação do direito ao exercício profissional é de competência do Conselho Federal de Enfermagem, conforme o disposto no art. 18, parágrafo primeiro, da Lei nº 5.905/73.

Parágrafo único – Na situação em que o processo tiver origem no Conselho Federal de Enfermagem, terá como instância superior a Assembleia dos Delegados Regionais.

Art. 120 – Para a graduação da penalidade e respectiva imposição consideram-se:

I – A maior ou menor gravidade da infração;

II – As circunstâncias agravantes e atenuantes da infração;

III – O dano causado e suas consequências;

IV – Os antecedentes do infrator.

Art. 121 – As infrações serão consideradas leves, graves ou gravíssimas, segundo a natureza do ato e a circunstância de cada caso.

§ 1º – São consideradas infrações leves as que ofendam a integridade física, mental ou moral de qualquer pessoa, sem causar debilidade ou aquelas que venham a difamar organizações da categoria ou instituições.

§ 2º – São consideradas infrações graves as que provoquem perigo de vida, debilidade temporária de membro, sentido ou função em qualquer pessoa ou as que causem danos patrimoniais ou financeiros.

§ 3º – São consideradas infrações gravíssimas as que provoquem morte, deformidade permanente, perda ou inutilização de membro, sentido, função ou ainda, dano moral irremediável em qualquer pessoa.

Art. 122 – São consideradas circunstâncias atenuantes:

I – Ter o infrator procurado, logo após a infração, por sua espontânea vontade e com eficiência, evitar ou minorar as consequências do seu ato;

II – Ter bons antecedentes profissionais;

III – Realizar atos sob coação e/ou intimidação;

IV – Realizar ato sob emprego real de força física;

V – Ter confessado espontaneamente a autoria da infração.

Art. 123 – São consideradas circunstâncias agravantes:

I – Ser reincidente;

II – Causar danos irreparáveis;

III – Cometer infração dolosamente;

IV – Cometer a infração por motivo fútil ou torpe;

V – Facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração;

VI – Aproveitar-se da fragilidade da vítima;

VII – Cometer a infração com abuso de autoridade ou violação do dever inerente ao cargo ou função;

VIII – Ter maus antecedentes profissionais.

CAPÍTULO VI DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 124 – As penalidades previstas neste Código somente poderão ser aplicadas, cumulativamente, quando houver infração a mais de um artigo.

Art. 125 – A pena de advertência verbal é aplicável nos casos de infrações ao que está estabelecido nos artigos: 5º a 7º; 12 a 14; 16 a 24; 27; 30; 32; 34; 35; 38 a 40; 49 a 55; 57; 69 a 71; 74; 78; 82 a 85; 89 a 95; 98 a 102; 105; 106; 108 a 111 deste Código.

Art. 126 – A pena de multa é aplicável nos casos de infrações ao que está estabelecido nos artigos: 5º a 9º; 12; 13; 15; 16; 19; 24; 25; 26; 28 a 35; 38 a 43; 48 a 51; 53; 56 a 59; 72 a 80; 82; 84; 85; 90; 94; 96; 97 a 102; 105; 107; 108; 110; e 111 deste Código.

Art. 127 – A pena de censura é aplicável nos casos de infrações ao que está estabelecido nos artigos: 8º; 12; 13; 15; 16; 25; 30 a 35; 41 a 43; 48; 51; 54; 56 a 59; 71 a 80; 82; 84; 85; 90; 91; 94 a 102; 105; 107 a 111 deste Código.

Art. 128 – A pena de suspensão do exercício profissional é aplicável nos casos de infrações ao que está estabelecido nos artigos: 8º; 9º; 12; 15; 16; 25; 26; 28; 29; 31; 33 a 35; 41 a 43; 48; 56; 58; 59; 72; 73; 75 a 80; 82; 84; 85; 90; 94; 96 a 102; 105; 107 e 108 deste Código.

Art. 129 – A pena de cassação do direito ao exercício profissional é aplicável nos casos de infrações ao que está estabelecido nos artigos: 9º; 12; 26; 28; 29; 78 e 79 deste Código.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 130 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 131 – Este Código poderá ser alterado pelo Conselho Federal de Enfermagem, por iniciativa própria ou mediante proposta de Conselhos Regionais.

Parágrafo único – A alteração referida deve ser precedida de ampla discussão com a categoria, coordenada pelos Conselhos Regionais.

Art. 132 – O presente Código entrará em vigor 90 dias após sua publicação, revogadas as

disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2007.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. Disponível em <http://www.leonardoboff.com/site/vista/outros/etica-e-moral.htm>

Filosofia. Disponível em <http://www.brasilecola.com/filosofia/>

Ética: A área da filosofia que estuda o comportamento humano Disponível em <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/etica-a-area-da-filosofia-que-estuda-o-comportamento-humano.htm>

ARTIGO I

SE PARAR, PAROU? A ÉTICA NO CUIDAR EM ENFERMAGEM

Autor(es)

SILVANA CAMPITELLI

Orientador(es)

ADRIANA DUARTE BONINI MARIGUELA

1. Introdução

Refletir sobre a ética na enfermagem é tão importante quanto refletir sobre o cuidar em enfermagem. Através de uma reflexão crítica do cuidar, à luz da ética, o enfermeiro necessita olhar o paciente considerando sua constituição como um sujeito, ou seja, para além de sua patologia, pois norteado pela ética, o sujeito não é a doença mas está acometido por uma enfermidade. GERMANO demonstrou em seus estudos que a enfermagem brasileira é alienada e submissa ao saber médico, e contraditória quando discrimina seus pacientes de acordo com suas origens sociais. A essência do cuidar em enfermagem é norteada quando conhecimento e pensamento crítico (o que, por que), habilidades técnicas e interpessoais (como) e cuidado (desejo, capacidade) se unem, o processo de enfermagem passa a ser uma força propulsora dos cuidados qualificados (ALFARO-LEFEVRE, 2005 p.46) .

2. Objetivos

A partir da experiência e observação na área da saúde esse trabalho visa pontuar algumas reflexões éticas que enlaçam o enfermeiro no cuidado com o sujeito-paciente.

3. Desenvolvimento

A observação é uma ferramenta importante para o enfermeiro desenvolver suas habilidades críticas do cuidar, através dela percebemos as necessidades do paciente, suas expectativas, o contexto familiar e social no qual ele está inserido, toda a dinâmica ao seu redor, e todos que estão envolvidos no seu cuidar. Foi a partir dessa habilidade, a observação, que pude perceber a fragilidade daqueles que estão sob os cuidados médico e da enfermagem. Em um dos estágios desenvolvido como atividade extra-curricular, tomei conhecimento de uma sigla que até então nunca tinha ouvido falar, porém largamente usada em unidades que cuidam de pacientes em estado crítico de saúde, a saber: S.P.P que significa “*Se parar, parou!*”, destinada a pacientes fora de recurso terapêutico. Ora, minha indignação se deu ao refletir: quais são os parâmetros utilizados para definir se este ou aquele paciente está fora de recursos terapêuticos? Quem o define e por que

o define? O paciente deixa de ser uma pessoa, com uma história de vida, família e passa a ser um corpo aguardando o momento de deixar de existir? Tais questões nos levam a outro ponto do cuidar divididas em duas vertentes; a do paciente que articula e questiona e a do paciente que por determinada situação de coma ou sedação, fica à mercê dos cuidados integrais das equipes responsáveis pelo seu atendimento. Sabemos, por diversos estudos científicos, que a audição é o último sentido que um paciente em coma perde e existem vários relatos de pacientes que voltaram do coma e descrevem inúmeras situações que ouviram durante este período. Como enfermeiros, ao cuidarmos de pacientes no leito há uma tendência, um hábito, de se discutir problemas pessoais, ou outros assuntos, manipulando o paciente, muitas vezes sem lhe dirigir o olhar ou qualquer palavra. De acordo com PUPULIM (2002), a enfermagem exerce um “poder” sobre o corpo do paciente, muitas das vezes tocado sem ao menos pedir autorização, devendo esta ser feita mesmo nos casos em que o paciente está em coma. É inerente ao profissional de enfermagem, ao realizar determinados tipos de procedimentos, utilizar biombos, lençol para resguardar a privacidade do paciente, respeitando seu pudor, muitas vezes não só porque isso lhe é imposto pelo Código de Ética de Enfermagem que ressalta no capítulo IV – DOS DEVERES, Art. 28 – “Respeitar o natural pudor, privacidade e a intimidade do cliente”; mas também por empatia, porém o mesmo não se observa quanto aos diálogos proferidos à beira do leito, ou nos postos de enfermagem, quando todos os tipos de assunto são discutidos, em alta voz, não respeitando o direito de sono e repouso do paciente.

4. Resultado e Discussão

Segundo LEFEVRE (2005 p.49), os atos falam mais alto do que as palavras. Citando ainda o Código de Ética, no mesmo capítulo, Art. 21 – “Cumprir e fazer cumprir os preceitos éticos e legais da profissão”; ressaltando a relevância desta postura perante o cliente, seus familiares e da própria equipe de enfermagem, um profissional ético, coerente e justo, estimula a equipe a agir da mesma forma. “O Código de Ética, que norteia os direitos e deveres do profissional de enfermagem, está repleto de artigos pertinentes ao presente estudo, porém vale citar, ainda o Art. 30, que esclarece:– ” Colaborar com a Equipe de Saúde no esclarecimento do cliente e família sobre seu estado de saúde e tratamento, possíveis benefícios riscos e consequências que possam ocorrer.”; é possível observar que poucos são os profissionais de enfermagem

e, sobretudo o próprio enfermeiro fazendo este tipo de orientação, delegando ao profissional médico esta tarefa, e este por sua vez, o faz, mas nem sempre de forma clara e linguagem simples de fácil compreensão. Os pacientes e familiares nem sempre tem a real dimensão de sua situação de saúde e a melhor forma de lidar com a doença, esta prática está muito ligada à enfermagem, pois é ela quem passa mais tempo com os pacientes e familiares, tendo contudo maiores chances de esclarecer, sanar as dúvidas e confortar numa situação de angústia. FREITAS(2006), especifica que: “A intersubjetividade se revela na reciprocidade de motivos e perspectivas e que, a ação de um indivíduo provoca a reação do outro em uma dada situação...”, nos dando a dimensão da não-ação em enfermagem leva o indivíduo a dúvida de si mesmo (relacionado ao seu estado de saúde), gera insegurança e não adesão ao tratamento, ou este de forma incorreta. A comunicação é outro ponto fundamental na assistência de enfermagem, podendo ela ser verbal ou não. Desenvolver habilidades interpessoais é tão importante quanto desenvolver o pensamento crítico, habilidades interpessoais positivas possibilitam a compreensão verdadeira dos problemas e permite que o enfermeiro seja um membro atuante da equipe. (ALFARO-LEFEVRE, 2005 p.49).

5. Considerações Finais

Ao questionarmos sobre ética e moral, CHAUI esclarece como sendo a consciência a capacidade livre e racional para escolher, deliberar e agir conforme valores, normas e regras, levando o indivíduo a agir entre o bem e o mal (CHAUI, 2004 p.131). A condição de enfermidade gera sentimentos como incapacidade, dependência, insegurança e sensação de perda de controle sobre si

mesmo, (PUPULIM, 2002), o enfermeiro é o profissional que mais se aproxima do sujeito doente e de seus familiares, é quem mais o manipula, dessa forma cabe a esses profissionais, através da empatia e do respeito ao outro, sobretudo quando o outro está fragilizado, o dever de transmitir segurança e oferecer uma assistência de enfermagem qualificada, ética, justa, íntegra, desfragmentada, possibilitando ao paciente todas as condições de recuperação da sua saúde física e psíquica. Afinal, a enfermagem apesar de utilizar instrumentos técnicos e tecnológicos está em cena com sujeitos e não com instrumentos tecnológicos que “*Se parar, parou!*”

REFERÊNCIAS

- ALFARO-LEFEVRE, Rosalinda. *Aplicação do processo de enfermagem, promoção do cuidado colaborativo*. 5ª ed. Ed. Artemed, 2005.
- CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 13ª ed. Ed. Ática, São Paulo, 2004.
- Conselho Federal de Enfermagem (RJ). Código de ética dos profissionais de Enfermagem. Rio de Janeiro (RJ); 1993
- FREITAS, G. F. de; OGUISO, T; MERIGHI, M.,A.,B.; **Motivações do agir de enfermeiros nas ocorrências éticas de enfermagem**. Tese de doutorado disponível em: [HTTP://www.scielo.br/pdf/apc/v19n1/912v19n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/apc/v19n1/912v19n1.pdf) acesso em 01/08/2008
- GERMANO, Raimunda Medeiros; **A evolução do ensino da ética para enfermeiros**, Página na internet disponível em: [HTTP://www.portalmédico.org.br/revista/bioiv4/evolucao.html](http://www.portalmédico.org.br/revista/bioiv4/evolucao.html) acesso em 01/08/2008
- PASCHOAL, A.,S.;MANTOVANI, M., F de.;POLAK, Y.,N.,S.; **A importância da ética no ensino da enfermagem**. Página na internet disponível em: [HTTP://www.ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/viewfile/1663/1389](http://www.ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/viewfile/1663/1389) acesso em 01/08/2008
- PUPULIM, J.,S.,L.; SAWADA,N.,O. **O cuidado de enfermagem e a invasão da privacidade do doente: Uma questão ético-moral**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 2002 disponível em: www.eerp.usp.br/riaenf acesso em 01/08/2008

ARTIGO II

O ENSINO DA ÉTICA NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E OS DILEMAS NO MUNDO DO TRABALHO: REALIDADE OU UTOPIA?

RAMOS, Flávia Regina Souza Ramos
BORGES, Laurete Medeiros Borges

Nos primórdios da cultura ocidental, a Ética foi a primeira preocupação que motivou a reflexão sobre as relações e o significado da vida humana, consistindo no discernimento para encontrar, entre todos os interesses do indivíduo, do grupo, da nação e da humanidade, o critério de justa escolha. Ela

não pode ser separada da experiência efetiva dos valores (SILVA, 1993).

Algumas questões inerentes à formação ética dos profissionais Técnicos de enfermagem realmente estão sendo discutidas ou são utópicas? Como os alunos que cursam o ensino técnico são preparados para lidar, na prática, com dilemas éticos? Estão desenvolvendo uma consciência a respeito do assunto ou estão refletindo apenas normativas aprendidas? Como a ética está se mostrando aos alunos dos cursos técnicos?

O ensino da ética, a partir da revisão de literatura, mostra-se incipiente na realidade da formação técnica contemporânea, atestando a pertinência do desenvolvimento de estudos sobre a temática.

Os profissionais da área de saúde devem conciliar, no seu exercício profissional, além da ciência e tecnologia, um sólido embasamento ético-moral.

Um profissional competente é aquele que reúne qualificação científica, tecnológica e ética, ciente de que, frente a um dilema difícil, deve solicitar auxílio ao Comitê de Ética (FRANCISCONI, GOLDIM e LOPES, 2002). No entanto, há ainda evidências de um ensino profissionalizante dirigido por uma visão do técnico como mero “fazedor de tarefas”.

A ética faz parte do currículo, como disciplina com conteúdos muitas vezes descontextualizados do contexto da prática real e que não permitem a criação de espaços para a reflexão necessária à decisão e condução competente, comprometida e responsável.

Pelo fato da ética envolver temas que mobilizam as pessoas e, também, implicar em conflitos e interesses diversos, muitos profissionais consideram-se aptos a discutir e a ensinar Bioética (KIPPER, 2005). Nos cursos profissionalizantes em Enfermagem no Brasil, as disciplinas de ética/bioética são das poucas para as quais não se exige uma qualificação específica do professor ou fundamentação teórica mínima que possa representar, antes de um bom senso individual, um bom senso comum, à luz de princípios e valores morais.

Mesmo sendo assumida a significância desta temática nos cursos profissionalizantes há uma ênfase nas questões técnicas em detrimento das discussões éticas que permeiam a vida do profissional. Quando as discussões

são mobilizadas ainda centralizam-se no código de ética dos profissionais da Enfermagem, caracterizando um ensino de cunho deontológico, uma orientação prescritiva e normativa, restrita a um conjunto de normas e códigos trabalhados teórica e abstratamente (GERMANO, 1993; GOMES, 1999).

Com as mudanças tecnológicas do trabalho, frente a novas e crescentes necessidades sociais, os Técnicos de Enfermagem deparam-se com questões e dilemas que exigem preparo para agir sob novas bases, como a de uma estética da sensibilidade, como capacidade profissional que valoriza a diversidade de trabalhos e de clientes, estimula a criatividade e a ousadia. Mas o que observa-se é hesitação e despreparo dos alunos em lidar com situações de natureza ética/bioética no exercício de nossa profissão.

A busca de respostas aos novos desafios da contemporaneidade haverá de passar, não só pela reestruturação do aparelho formador, mas, particularmente, em identificar métodos de ensino que atendam às autênticas postulações da sociedade. O ensino da ética na formação profissional em saúde deve superar a visão deontológica e o modelo tradicional, caminhando para métodos participativos e críticos.

Tais questões geram um levante entre diferentes perspectivas que demonstram os conflitos ideológicos entre ciência, religião, tecnologia, ambiente e o mundo do trabalho. Não bastam tão somente mudanças programáticas, mas é necessário repensar a própria função do aparelho formador como agente facilitador e promotor do desenvolvimento da capacidade. Já se evidencia a busca por propostas de ensino que, indo além da deontologia, da medicina legal e da ética profissional, contemple conteúdos e demandas relacionadas à bioética (GARRAFA e PESSINI, 2003). O objetivo maior da inclusão deste elemento curricular é a formação de profissionais conscientes da realidade do país e capazes de intervir de modo pró-ativo nos principais desafios emergentes no mundo do trabalho.

Como educadores comprometidos com uma sociedade democrática e com a inclusão dos cidadãos em todos os espaços sociais, temos o compromisso de participar do embate permanente que se explicita nas diferentes propostas, colaborando na construção contra-hegemônica de um projeto que resgate as questões éticas e políticas na perspectiva de um ensino técnico unitário, politécnico, de caráter público, preocupado com uma formação humana que desenvolva as múltiplas dimensões do ser humano, com necessidades materiais, afetivas, culturais, estéticas (FRIGOTTO, 1998).

A luta coletiva ainda pode ser um espaço bastante profícuo para a defesa de um projeto de

formação voltado para as necessidades de saúde da população, contemplando as múltiplas dimensões do conhecimento – técnico-científicas, éticas, políticas, sociais e culturais. Tarefa nada fácil, mas que deveria envolver todos educadores que participam deste trabalho.

O estudo de novas temáticas e discussões com o surgimento da Bioética como Ética Prática, pode propiciar ao aluno o desenvolvimento da visão crítica sobre a pluralidade de valores que permeiam as relações em Saúde. As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem (CNE/ME/BR) reforçam essa perspectiva ao enfatizar a importância de conhecimentos em ética e bioética para a formação generalista do futuro profissional de Enfermagem (RIBEIRO, 2007).

Sendo assim, capacitar os alunos na percepção das questões e dilemas que envolvem seu segmento e o conjunto do trabalho coletivo torna-se uma obrigação das instituições de ensino, devido seu caráter preparatório das gerações futuras de uma sociedade. A educação ética embasada somente em discussões conceituais não é suficiente para formar os profissionais que o momento atual exige. Um novo paradigma em saúde se estabeleceu na América Latina e tem-se discutido intensivamente a necessidade de mudança

nas metodologias de formação dos profissionais da saúde. O indivíduo precisa não só se tornar capaz de conviver em uma sociedade pluralista e democrática, buscando estabelecer e favorecer relações mais justas na sociedade, mas, ao mesmo tempo também, ser capaz de raciocinar de forma autônoma (REGO, 2003).

A ocorrência de dilemas nas diferentes ações e relações entre sujeitos diferenciados (indivíduos, população, trabalhadores) na atenção à saúde tem provocado inúmeras reflexões, tratadas majoritariamente sob a ótica da Bioética Clínica, mas não limitadas a ela. Por esta via, destaca-se a situação real na qual duas abordagens são possíveis e defensáveis tecnicamente, existindo dúvidas quanto a adequação moral de cada escolha. No entanto, são claros os limites da abordagem dilemática e clínica quando a bioética impõe, cada vez mais, perspectivas pluralistas, laicas e comprometidas com as necessidades da maioria, elegendo temas como os das desigualdades, da justiça e do poder. Às instituições de ensino, que há décadas formataram currículos pautados na eficácia, na produtividade e na rentabilidade das profissões, cabe uma ação de resgate de valores humanos, relacionais e éticos.

Palavras-chave: trabalho, ética , ensino, dilemas, técnicos de enfermagem.

Relações de trabalho: ética e subjetividade.

REFERÊNCIAS

- FRANCISCONI, C. F., GOLDIM, J. R., LOPES, M. H. I. **O papel dos Comitês de Bioética na humanização da assistência à saúde**. Revista Bioética, v. 10, n. 2, p. 147-157, 2002.
- FRIGOTTO G. **A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural**. In: Silva LH, organizadores. A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes; 1998. p. 218-38.
- GARRAFA, V.; PESSINI, L. **Bioética: Poder e Injustiça**. Editora Loyola, Brasília, p. 522, 2003.
- GERMANO R.M. **A ética e o ensino de ética na enfermagem do Brasil**. São Paulo: Cortez; 1993.
- GOMES PC. **Ética e enfermagem: relações ou reações?** [Tese Doutorado]. São Paulo: Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo;
- KIPPER DJ. **Docentes de bioética: critérios de certificação e qualificação**. In: 6º. Congresso Brasileiro de Bioética, 2005, Foz do Iguaçu. Anais. São Paulo: Loyola ; 2005. p. 20.
- REGO S. **A formação ética dos médicos, saindo da adolescência com a vida (dos outros)**, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003.
- RIBEIRO, C. R. O, **A contribuição da área de Filosofia, Ética e Bioética na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP**, on-line Brazilian Journal of Nursing (objn-issn 1676-4285) [on-line], dezembro 2007.
- SILVA, F. L. **Breve Panorama Histórico da Ética**. Revista Bioética, Título: Bioética, v. 1, nº. 1, p. 7 – 11, 1993.